

CIBEC/INEP

M E C



B0029216

O Plano Decenal

visto por:

Carlos Augusto Abicalil

Célio da Cunha

Emerson Kapaz

Herbert de Souza

Moacir Gadotti

Walter E. Garcia

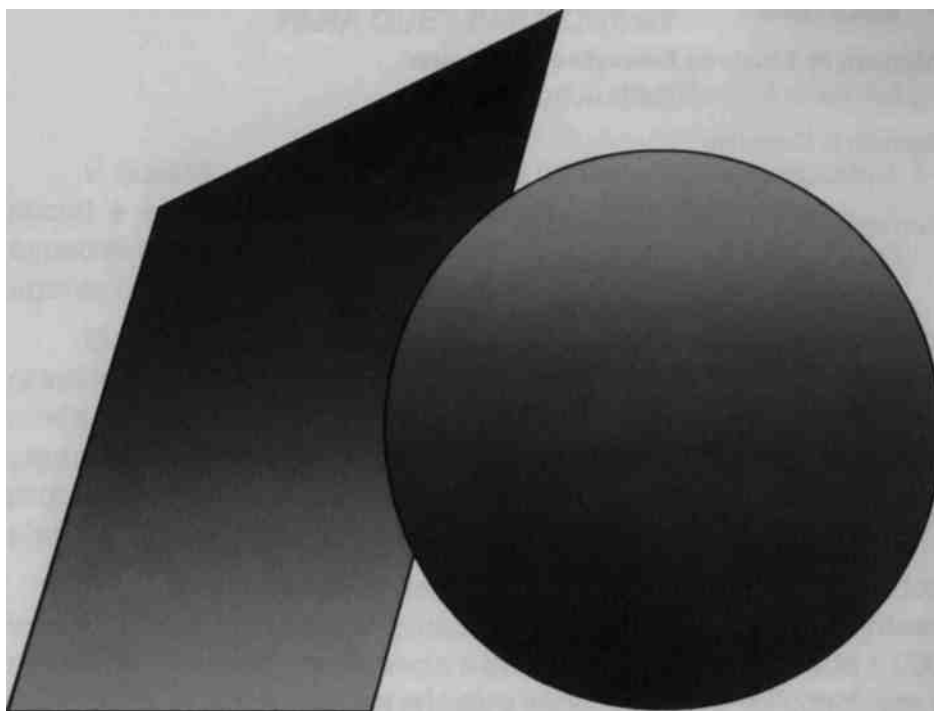
F
37.14
P712p

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

M E C



O Plano Decenal

visto por:

Carlos Augusto Abicalil

Célio da Cunha

Emerson Kapaz

Herbert de Souza

Moacir Gadotti

Walter E. Garcia

Presidente da República

Itamar Franco

Ministro de Estado da Educação e do Desporto

Murílio de Avellar Hingel

Secretário Executivo

Antonio Barbosa

Secretária de Educação Fundamental

Maria Aglaê de Medeiros Machado

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

Equipe Técnica da Coordenação de Organização e Desenvolvimento de Ensino

CODEF/DPE

- . Nabina Gebrim de Souza (Coordenadora)
- . Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro
- . Anna Maria Lamberti
- . Maria Maura Mattos
- . Nilce Macedo da Graça Morgado

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO: PARA QUÊ? PARA QUEM?

*CARLOS AUGUSTO ABICALIL - CNTE **

É questão pacífica para todos a consideração da aguda crise social e econômica que vive o Brasil. O quadro educacional, especialmente na educação básica é, ao mesmo tempo, reflexo e agente mantenedor deste cenário.

O sistema escolar alia dois indicadores que acrescentam gravidade: baixa qualidade e baixa produtividade. Além de não ser ainda universalizado, o ensino básico brasileiro não consegue garantir, àqueles que a ele tiveram acesso, uma qualidade que proporcione as habilidades básicas para o exercício da cidadania plena e para o trabalho dentro das exigências da modernidade.

A perversidade do sistema é tal que, além da redução dos investimentos públicos, os poucos recursos produzem o espantoso resultado de evasão, repetência e insucesso escolar. De cada 1.000 crianças que ingressam na primeira série, somente 45 concluem o ensino fundamental em oito anos, sem repetência; 18,3% da população com 15 anos ou mais ainda são analfabetos; 3,3 milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão fora das escolas; 58,2% vivem em famílias cuja renda per capita não ultrapassa 1/2 salário mínimo, submetidas à precoce inserção no mercado de trabalho, respondendo, hoje, por 12% da população economicamente ativa (PEA); milhares de meninos e meninas encontram-se espalhados pelas cidades, em situação de risco, categorizados como infratores e estigmatizados quase que definitivamente pela sociedade que apela por segurança.

* Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação.

Seguramente, não será difícil indicar responsáveis pelo atual quadro. Mais claro ainda está a imperiosa necessidade de alterar o padrão de desenvolvimento adotado pelas elites dirigentes da política, da economia, da cultura. Importa, para além dessas análises, identificar os diversos atores para a promoção das alterações necessárias nesse processo.

A história tem revelado que a omissão e o impedimento da participação de amplos setores da sociedade, dos setores populares, trouxe resultados insuficientes, quando não desastrosos. Temos vivido a regra da exclusão em proporções cada vez maiores: exclusão de emprego, exclusão do consumo, exclusão da escola, exclusão da saúde, exclusão da habitação... As condições de vida básicas para a superação da barbárie têm sido privilégio dos incluídos. Está bem marcado, portanto, o que não queremos.

É hora, pois, de agirmos no sentido de elaborar o novo momento para o Brasil. Indiscutivelmente, este novo momento precisa agir sobre o quadro educacional e, prioritariamente, sobre o ensino público, para que se concretizem a universalidade do acesso, a permanência até a conclusão da escolaridade obrigatória, a democratização das escolas e dos sistemas e a criação das condições estruturais e materiais para se alcançar a qualidade. Isso tudo não vai acontecer se as atuais "vítimas" do sistema não assumirem o papel de agentes.

Ocupar todos os espaços de discussão e de decisão sobre os assuntos educacionais, sobre o funcionamento das escolas, sobre a destinação de recursos, sobre os métodos, sobre as habilidades necessárias aos profissionais da educação, sobre o papel do Poder Público na promoção do ensino gratuito, democrático e de qualidade.

O Plano Decenal de Educação para Todos, proposto à discussão da sociedade, só alcançará substância para além do atual mandato presidencial se conseguir penetrar nas escolas, nas

comunidades, nos sindicatos, nas associações e movimentos populares. De outro modo, corre o risco de ser euforia de fim de governo. Quem perderá? Os mesmos que perderam até agora.

Podemos virar o jogo. Conhecer, discutir, sugerir, corrigir, propor, apoiar, rejeitar, alterar, decidir, constituir grupos de elaboração envolvendo trabalhadores, estudantes, funcionários, professores, técnicos, lideranças da comunidade, são ações urgentes para sedimentar um movimento que possa sustentar a geração de um momento novo para a educação brasileira. O século XXI já bate à porta. Não será possível passar para ele com a solidificação da iniquidade oposta à cidadania.

Exija da Delegacia do MEC, da Secretaria Estadual de Educação, da Secretaria ou Departamento Municipal de Educação a democratização do Plano Decenal. Denuncie aqueles que se furtam ao debate.

Vamos colocar a Educação no centro das atenções, como propõe a CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

PLANO DECENAL: COMPROMISSO E ALCANCE

*CÉLIO DA CUNHA - SEF/MEC **

A elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos - 1993/2003 pela maioria dos estados e municípios deverá converter-se em uma etapa importante da luta pela recuperação da educação básica no País. A metodologia de elaboração adotada, ao contrário das tradicionais, procurou respeitar a organização federativa do País e as diferenças regionais existentes, permitindo a cada unidade federada e a cada município, com base nas diretrizes e metas globais do Plano, definir o seu compromisso e estabelecer as suas metas. Neste processo, a comunidade esteve sempre presente, participando, opinando e cobrando resultados, colocando-se, desta forma, como ator importante da nova política educacional.

A metodologia do Plano Decenal partiu do pressuposto de que não é possível fazer um plano para todo o País, estabelecendo paradigmas a priori. Esta prática, felizmente, está sendo superada. A rigor, o Brasil precisa de um Estado competente e não de um Estado autoritário. Uma das características do Estado competente é a de saber abrir espaço para a emergência da criatividade coletiva. Ao se adotar a metodologia dos planos estaduais e municipais, o objetivo foi o de somar, ampliar e mobilizar um enorme reservatório de potencialidades que existe em todas as partes do Brasil, historicamente deixado à margem em decorrência do excesso de centralização.

O município, ao elaborar o seu Plano Decenal com a participação da comunidade, assume um importante compromisso público. O envolvimento de pais e mães de alunos, professores,

trabalhadores, empresários, profissionais liberais, líderes religiosos, entidades civis, entre outros, fortalece o compromisso e aumenta a possibilidade de sua sustentação política.

O objetivo em vista é que a comunidade se aproprie cada vez mais do Plano, condição imprescindível para situar a política educacional acima de quaisquer outros interesses, sejam de natureza corporativista, político-partidária ou ideológica. Não se pode mais admitir a descontinuidade da política educacional. A urgência de edificar um sistema de educação básica de qualidade, sem o qual o Brasil não terá condições de superar os principais obstáculos que enfrenta, tanto do ponto-de-vista sócio-político quanto econômico, impõe um responsável compromisso público em matéria educacional a todos quantos, neste País, em todas as instâncias da administração, exercem ou vierem a exercer funções públicas de gestão educacional.

Na meta de ampliar progressivamente o compromisso público com a educação, a próxima e mais importante etapa da atual política de educação é a de discutir o Plano nas escolas brasileiras, tanto pela necessidade de incorporar ao Plano Decenal das três instâncias de governo, subsídios oriundos da comunidade escolar, local onde de fato ocorre a educação como, também, para induzir e possibilitar que cada escola tenha o seu projeto pedagógico, definindo suas estratégias e compromissos em função das metas estabelecidas para o decênio. Toda escola deve ter o seu projeto pedagógico, que se efetiva por um planejamento integrado, tanto sob o aspecto técnico-pedagógico (visão interdisciplinar do currículo face às características da clientela escolar), quanto sob o aspecto dos agentes envolvidos (professores, dirigentes, família e comunidade). Essa interação permanente, tendo o sucesso escolar como objetivo central, transforma a escola em centro de cidadania e configura a concepção humanista do Plano Decenal.

A história educacional brasileira é repleta de omissões, sobretudo em relação à educação básica. Eliminar o déficit que se acumulou ao longo de nossa história requer um esforço articulado de toda a sociedade, com o poder público liderando, induzindo e criando espaços para uma efetiva contribuição da sociedade. Com base nesta premissa, o Ministro Murílio Hingel tem enviado o Plano Decenal à apreciação crítica de inúmeros segmentos, com o objetivo de aumentar parcerias e alianças em seu processo de implementação. Esta estratégia é fundamental em relação à dimensão política do Plano. Se a sociedade, como um todo, principalmente as elites dirigentes e empresariais, os partidos políticos, as universidades, entre outros, não abraçarem a tese de que a educação básica deve constituir a primeira prioridade do País, os desafios existentes não serão vencidos dentro do tempo necessário para que o Brasil possa alcançar padrões mínimos aceitáveis de desenvolvimento social. As respostas a esse chamamento têm sido das mais promissoras, conforme atestam alguns exemplos:

"Deparamo-nos, ao ler o Plano Decenal, com uma série de conceitos cada vez mais importantes no mundo empresarial: efetividade, produtividade, criatividade, qualidade, processos e práticas, gestão de recursos."

"O horizonte aberto pelo Plano Decenal coincide com os esforços de reconstrução da democracia brasileira, da cidadania, em particular, e da formação de um País apto a enfrentar os desafios da modernidade, depois de anos difíceis, principalmente para a economia brasileira".

"Esperamos que, com o apoio de todos os setores da sociedade, venham a ser colhido, no decênio apontado, os resultados desejados, uma vez que, como é notório, a educação de qualidade, especialmente a básica, constitui pré-condição necessária ao desenvolvimento dos países".

"Trata-se de uma iniciativa que merece o nosso aplauso, tendo em vista a necessidade premente do acesso de todos os brasileiros à educação, pois só assim teremos um país digno e de diferenças sociais menos marcantes".

"O Plano Decenal, Senhor Ministro, conta com o nosso inteiro apoio e adesão. Estamos em perfeita sintonia com as diretrizes ali traçadas. Entendemos que a questão educacional é um desafio e um compromisso de toda a sociedade brasileira, e que as soluções serão alcançadas pela ativa participação da cidadania e de todas as instituições públicas e privadas. A arrancada para o desenvolvimento econômico e social do Brasil depende disso".

Estes depoimentos foram extraídos das respostas enviadas ao Ministro Murílio Hingel por expressivas corporações empresariais, nacionais e multinacionais e federações de indústrias. Elas começam a traduzir e expressar uma nova vontade. Respostas idênticas o Ministério tem recebido de outros segmentos, como as universidades, o poder legislativo e entidades da sociedade civil.

A leitura que se pode fazer, preliminarmente, sobre a repercussão do Plano Decenal, é a de que estamos adentrando num tempo novo-tempo de construção coletiva, de ética e equidade.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

EMERSON KAPAZ - PNBE *

Será possível imaginar um país como o nosso, disputando um lugar no mundo desenvolvido, sem começar a priorizar educação já? A resposta, todos nós sabemos. A pergunta seguinte é inevitável: e por que não fizemos isso antes? A resposta já não parece tão fácil.

Seja por uma falta de percepção das nossas elites (deliberada ou não), seja por falta de vontade política, a verdade é que o tema educação não era um tema prioritário, não "era". Felizmente, alguma coisa está mudando.

Começamos a descobrir que a tão falada "Globalização da Economia" não é a única e exclusivamente uma questão econômica. Ela coloca cada país diante do desafio gigantesco de descobrir as suas vocações como país, em uma economia cada vez mais mundial. Ora, descobrir as vocações de um país significa ir ao encontro de nossas vocações regionais, setoriais, empresariais e humanas, que se refletem nas mais variadas áreas.

No fundo, o que a nova ordem mundial e a terceira Revolução Industrial, que é a da inteligência e do conhecimento, estão nos ensinando é que tudo passa pela valorização máxima do fator humano. Sem investir no fator humano, continuaremos patinando.

Sobreviverá quem potencializar a sua criatividade, o seu conhecimento, a sua educação.

Falo aqui de educação no conceito mais amplo que o termo pode significar. Ou seja, não estamos falando somente de alfabetização, mas principalmente de acúmulo de conhecimento.

* Coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais e Presidente da ABRINQ.

Mesmo os países mais avançados já discutem uma reformulação do seu processo educacional, tentando antecipar-se às mudanças que estão em andamento.

O desafio para nós brasileiros, é fantástico. Mas não é impossível.

O primordial nós já estamos conseguindo, que é a conscientização do problema e a urgente inversão de prioridades. Não basta que sejam somente prioridades públicas. Ou a sociedade, como um todo, se engaja nesta empreitada ou não teremos como suplantar o "gap" que nos afasta dos países mais avançados.

É preciso que nós, empresários, entremos com propostas viabilizadoras nesta direção, quebrando preconceitos de ambos os lados. Do lado dos educadores, que costumam dizer que o poder económico deve manter-se à distância, e do lado dos empresários, que acreditam que educação é um problema do Estado.

O sucesso que obtivemos na campanha contra a fome e a miséria, do ponto de vista de mobilização, responsabilidade social e despertar de uma nova cidadania, demonstra que as mudanças estão acontecendo de baixo para cima.

Como a cidadania é hoje um tema que está vivo e forte em cada um de nós, principalmente no Brasil pós-impeachment, é hora de levantarmos a co-relação existente entre educação e cidadania.

Não existe cidadão pleno sem uma base educacional mínima. Seja para votar, seja para que ele, no mercado de trabalho, tenha ao menos condições razoavelmente semelhantes para disputar um emprego, independente de ter tido mais ou menos recursos para arcar com sua educação.

Aliás, é este um dos principais problemas da drástica concentração de renda que temos no Brasil hoje.

Estamos num momento ímpar de nossa história. A sociedade civil começa a se reorganizar nos seus mais variados níveis e aumenta nossa percepção sobre os problemas e como solucioná-los. Temos agora, em outubro, a mais ampla eleição de nossa recente democracia. É o momento de cobrarmos programas de governo que deixem claramente explícitas essas prioridades e os compromissos de como executá-las.

Começa aí o vínculo de um novo governo para com os seus eleitores.

Nós empresários temos uma responsabilidade muito grande para com este momento. Não só por percebermos o risco que significa deixarmos as coisas como estão, mas também, e principalmente, ajudarmos a viabilizar governos sérios, éticos, e com propostas claras de solução para educação e saúde, entre outros temas relevantes.

A hora é agora. Todo processo de mudança só obtém resultado quando se inicia dentro de cada um de nós. Precisamos cobrar propostas e exigir resultados concretos. Não podemos mais errar apostando em caminhos demagógicos, porque tudo tem limite. A paciência de nossos cidadãos tão sofridos também.

FOME DE EDUCAÇÃO

HERBERT DE SOUZA (BETINHO) *

Educação é fundamental, e com isso todo mundo concorda. Mas, na prática, o Brasil não consegue ir adiante e transformar educação em prioridade nacional. Existem razões sérias e profundas para isso, e essas razões são políticas.

Um país que decide investir em educação, como o Japão, demonstra com isso que se leva a sério. Países que não investem em educação colhem os frutos, vivem na miséria ou no apartheid social. Porque, na verdade, educar é educar a todos, é acabar com essa idéia de que alguns podem ter e saber de tudo e outros não precisam sequer assinar o nome.

Na nossa história, foi mais ou menos assim: no início, os colonizadores portugueses mandavam seus filhos para estudar em Lisboa. Iam estudantes, voltavam senhores. Foi assim que se criou a casa grande e a senzala. Filho de branco, doutor. Filho de negro, escravo analfabeto.

Com o tempo a coisa continuou. Rico educado. Pobre sem escola. E segue até agora. Uma minoria rica, que sabe tudo e tem tudo; e uma maioria pobre, que sabe o que pode e não pode quase nada. Mas luta, mas vive, mas sobrevive, mas constrói sua própria cultura. Invento o Carnaval, faz música, faz futebol, trabalha, vota contra quando pode, faz surpresas contra as evidências das pesquisas e faz seu próprio Ibope. Entra na contramão, surpreende, resiste, porque é gente - e gente pensa - mesmo quando não tem conta em banco, quando não tem dinheiro, renda, ufir, urv, real ou irreal.

* Sociólogo, é secretário-executivo do [BASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e articulador nacional da Aço da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

E é assim que educação é prioridade. E o desejo de todos, o sonho da maioria. Educar seus filhos. Levá-los à universidade, conseguir ser doutor, ser gente, mudar de futuro, mudar de mundo. É o que não tem limite. É a ultrapassagem.

Educar, por tudo isso, é fundamental. Qualquer país que quiser existir tem de educar. Qualquer cidadão que quiser se afirmar tem de se educar. Qualquer família que quiser sobreviver tem que educar todos os seus filhos e filhas. Educar é saber viver no mundo real, é se comunicar, é saber do passado e ter como construir o futuro. Educar é possuir tudo o que a humanidade acumulou ao longo de sua história.

Por isso, um país pode ser avaliado pelo modo como trata sua educação, suas escolas, professores, crianças e jovens.

No Brasil, a situação é grave. Tratamos tudo muito mal. Precisamos tratar tudo muito bem. Precisamos transformar a educação em prioridade real de todos. Precisamos construir um outro país, uma outra cultura.

Se formos capazes de construir uma outra cultura, seremos capazes de reconstruir e construir um outro Brasil, diferente do atual, aquele onde estarão presentes 140 milhões de pessoas. Há um caminho, uma estrada, um rumo para se chegar a esse ponto: a educação. Está mais que na hora de levar a educação a sério.

O PLANO DECENAL E A ESCOLA

MOACIR GADOTTI - USP *

Não basta proclamar que a educação é um direito de todos. É preciso mostrar como esse direito pode ser exercido, a quem recorrer, quando e onde.

A primeira imagem que vem à cabeça quando se pensa no direito à educação é a imagem da escola. A escola é o lugar privilegiado da educação. Por isso o **Plano Decenal de Educação para Todos** está se preocupando, desde o início da sua elaboração, com a participação da escola.

Como a escola pode participar?

Primeiramente, informando-se e sendo informada sobre o que as autoridades educacionais estão fazendo em relação ao Plano Decenal, cobrando delas o compromisso internacional assumido pelo País e o preceito constitucional que prevê, em dez anos, a eliminação do analfabetismo e a extensão do ensino fundamental para todos.

Mas não é só isso. É preciso que a escola se torne o *locus* fundamental da própria elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Decenal.

Como fazer isso?

Eis algumas reflexões em torno desse tema que podem auxiliar a escola a definir melhor a sua participação nesse amplo movimento de recuperação da educação básica no qual o Plano Decenal está se transformando.

* Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Paulo Freire.

Antes de mais nada, é preciso superar aquela **mentalidade** que atribui ao técnico, e apenas a ele, o poder de estabelecer planos. É a mentalidade produzida por uma tradição tecnocrática que supervaloriza a técnica em detrimento da participação política. Planejar é prever, estabelecer finalidades, objetivos, metas, prioridades e custos, tendo em vista a realidade sócio-política e econômica e as necessidades de cada local. As escolas, conhecendo de perto a comunidade, podem dar respostas mais adequadas aos problemas de cada local e avaliar melhor os resultados das medidas adotadas.

O que caracteriza um planejamento com a participação da escola é o **diálogo** que ela estabelece com a comunidade para que o consenso da maioria encontre a melhor solução. A escola deve acostumar-se a pensar a médio e longo prazos. Não pode consumir todas as suas energias nos problemas do seu dia-a-dia. Ela própria necessita de um plano político-pedagógico que represente os seus sonhos e a sua própria fisionomia e a fisionomia que projeta ter. O que caracteriza essa forma de pensar e agir é a presença ativa, consciente e decisiva da comunidade.

Para isso, é preciso **mobilizar** e **motivar** as forças internas e externas à escola. Não basta convocar reuniões. A comunidade interna da escola e a comunidade externa a ela devem sentir prazer em participar. A mobilização das comunidades implica preparar com esmero os espaços e locais de participação e estabelecer os horários mais adequados para todos, garantindo as condições mínimas para a realização do trabalho coletivo.

A **coordenação** desse trabalho deve estar bem estruturada, contar com a credibilidade da comunidade e ter clareza da tarefa a ser planejada. Para uma ação exitosa da comunidade escolar na elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Decenal, será necessário que o coordenador, ou a equipe coordenadora do Plano em cada escola, seja capaz de orientar a comunidade a tomar suas

decisões, mostrando-lhe as várias alternativas, acompanhando de perto os trabalhos e evitando a manipulação política. A coordenação local do Plano, que pode muito bem ficar nas mãos do diretor da escola, precisa evitar a todo custo a pseudo-participação, isto é, a participação como simples adesão crítica a programas oficiais.

Isso implica a atenção que deve ser dada a algumas **dificuldades** próprias de todo o processo de mobilização em torno de planos educacionais, entre elas, a desconfiança natural da comunidade e o medo inerente a qualquer tipo de mudança. Muitas pessoas não querem participar porque já tiveram experiências anteriores negativas ou por julgarem a participação como um processo efêmero e inconsequente. Nossa inexperiência no exercício da cidadania e da ação democrática justifica, muitas vezes, essas opiniões.

São riscos a serem enfrentados por todo planejamento participativo. Isso sem contar o risco do **populismo**, que supervaloriza a opinião popular independentemente de uma análise crítica, e o **democratismo**, que submete qualquer tomada de decisão, mesmo de caráter técnico, a um amplo debate, ao contrário do **centralismo** para quem toda decisão, mesmo de caráter político, pode ser tomada sem qualquer consulta.

O Plano Decenal de Educação para Todos, através do envolvimento efetivo da escola, pode desencadear um **movimento educacional** e uma ação que vai além do estabelecido no Plano em si mesmo, contribuindo para a participação e para o exercício da cidadania. Ele pode se tornar um ótimo instrumento para a formação de novas lideranças nas escolas e contribuir para diminuir o risco, tão frequente, de ações passageiras e de **descontinuidade administrativa** que caracterizam o setor.

A participação está sempre se fazendo. Ela será sempre inacabada, jamais suficiente. Por isso, ela é essencialmente

processo e não deve ser entendida como uma concessão do governo, mas como uma conquista permanente.

Não existe um único modelo capaz de tornar exitosa a ação educativa. Cada escola é fruto da evolução de suas próprias contradições. Existem muitos caminhos. E o caminho que pode ser válido numa determinada conjuntura, num determinado local ou contexto, pode não sê-lo em outra conjuntura ou contexto. Por isso, é preciso que tenhamos uma mentalidade aberta ao novo e acreditar na possibilidade de operar mudanças a partir da escola. Isso pressupõe acreditar nela, no professor e na capacidade da comunidade tomar decisões.

Houve uma época em que os educadores pensavam que as pequenas mudanças na escola impediam a realização da **grande mudança** fora dela. Por isso, elas deveriam ser evitadas e todo o investimento deveria ser feito numa mudança radical, ampla e profunda. Hoje, cada vez mais, os educadores estão convencidos de que as condições para uma mudança mais profunda e duradora são preparadas, passo a passo, nas pequenas mudanças intra-escolares.

Enfim, de nada adiante investir apenas na **demand**a, isto é, nas boas teorias educacionais elaboradas pelas Universidades, na qualidade do planejamento dos órgãos responsáveis pela educação e na execução de planos pelas escolas. É preciso investir também na **oferta**, isto é, na participação da própria comunidade. A educação é dever do Estado, mas é também dever do indivíduo que se educa, da família e da sociedade. Todos não terão acesso à uma educação de qualidade enquanto todos - educadores e não-educadores, Estado e sociedade - não se interessarem por ela. A educação para todos pressupõe todos pela educação.

O PLANO DECENAL QUE NÓS QUEREMOS

WALTER E. GARCIA - FAE/MEC *

Ao iniciar esta leitura você pode perguntar: Outra vez? Por que se fala tanto em planos, em planejamento e a educação vai tão mal? Tais interrogações são pertinentes e merecem alta consideração, mesmo porque a história do País registra tantos desacertos e desencontros que seria desnecessário relembrar.

Quando falamos em Plano, estamos supondo um conjunto articulado de ações, que têm começo, meio e fim. Portanto, aquilo que foi planejado deve ser visto numa sequência de tempo, de continuidade e de permanência dos propósitos enunciados. A primeira afirmação categórica que podemos fazer, então, é a de que o País fez muitos planos e realizou pouco. Ocorrem frequentes descontinuidades em todos os níveis. O MEC, desde que foi criado, em 1931, tem entre efetivos e interinos, a vergonhosa média de um ministro por ano. O mesmo deve ocorrer nos estados e municípios. Fazemos muitos planos, mas não temos uma política de educação.

O Plano Decenal de Educação para Todos, nascido da constatação da falência mundial da educação básica, surge no Brasil como a esperança de que todas as pessoas que estão fazendo ou querendo fazer algo, podem encontrar nele um espaço de diálogo, de cooperação e de soma de esforços. Neste sentido, o Plano Decenal é aberto à participação de todos os segmentos sociais organizados: poderes públicos, empresários, sindicatos, associações, enfim, todos aqueles que podem dar e receber alguma colaboração. O Plano Decenal significa esforço conjunto na busca de melhores condições para aprendizagem dos alunos.

* Diretor de Apoio Didático-Pedagógico da Fundação de Assistência ao Estudante - FAE/MEC.

Hoje, já existe um consenso mundial de que os planos e o planejamento em geral devem ser vistos como instrumentos eficazes, para que a educação seja melhor onde ela deve realmente ocorrer, ou seja, na escola. A proposta de debater o Plano Decenal, a partir da escola, tem o objetivo primeiro de possibilitar que os principais interessados, como pais, alunos, professores, líderes comunitários, políticos, entre outros, digam claramente o que pode ser feito para melhorar a escola que temos.

Muita coisa já foi e está sendo realizada para melhorar a escola. Desde maior autonomia ao diretor e aos Conselhos Escolares para administrar o dia-a-dia, com maior agilidade de decisão e de economia de recursos, até decisões maiores para contrato de professores, planejamento curricular, etc. No entanto, a melhoria real e duradoura só se consolida à medida em que a escola se transformar num centro vital para a comunidade, ou seja, a sua qualidade maior vai depender da maior participação e cobrança dos setores que têm interesse nela. Infelizmente, a constatação é cruel, mas desafiadora: a escola não depende apenas dela para oferecer um melhor serviço à comunidade.

Participar dos debates sobre o Plano Decenal na escola é o começo de um novo conceito de plano, diferente dos anteriores, e acredito que este é o mínimo que devemos exigir de todos os que aspiram por uma nova cidadania em nosso País.

"O dinamismo que caracteriza o Brasil dos nossos dias permite-nos esperar vencer as misérias e aumentar cada vez mais as grandezas, bem como eliminar as distâncias culturais entre os vários brasis, para criarmos um só Brasil".

do livro *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*

M. J. G. Werebe



M E C

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)